

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP SEI Nº 0023742099/2024 - SEPROT.UGM.AAD

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

1.1 - Trata-se de processo para credenciamento de empresas para prestação de serviços em saúde na área de análises clínicas, para atender as necessidade da realização de exames toxicológicos destinados aos agentes da Guarda Municipal de Joinville.

1.2 - Os resultados dos exames toxicológicos deverão conter positivo ou negativo para substâncias verificadas.

1.3 - A realização dos exames é responsabilidade do Município de Joinville para que o direito a progressão de carreira esteja garantido ao agente da Guarda Municipal. Justifica-se essa responsabilidade após a alteração na Lei Complementar nº [397](#), de 19 de dezembro de 2013 promovida pela A Lei Complementar Nº 678, de 02 de Abril de 2024, que determina a realização de exame toxicológico para os Guarda Municipais de Joinville para alguns fins.

Art. 5º § 7º, LC nº 397/2013:

"O Guarda Municipal deverá se submeter a exame toxicológico de larga janela de detecção e apresentar resultado negativo para progressão funcional."

1.4 A aplicação do exame toxicológico ocorrerá periodicamente quando ocorrer a progressão funcional do agente da Guarda Municipal conforme o artigo 9º da Lei Complementar nº [397](#), de 19 de dezembro de 2013.

Art. 9º *O Guarda Municipal, para fins de progressão funcional, além dos requisitos previstos na Lei Complementar nº [239](#), de 16 de julho de 2007, submeter-se-á a exame toxicológico e avaliação de desempenho específica, conforme Anexo II desta lei, ficando também obrigado a participar de cursos de capacitação e formação continuada, conforme se dispuser em Decreto."*

1.5 - Atualmente não há laboratórios credenciados junto ao Município de Joinville que realizam o exame toxicológico.

2 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

2.1 - O objeto da contratação está prevista no plano de ações da Secretaria para os anos de 2024 e 2025, conforme 23.0.034198-5.

3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

Para a presente contratação, devem ser atendidos os seguintes requisitos mínimos:

3.1 Condições de Garantia:

3.1.1 Os serviços deverão ter garantia legal, nos moldes do Código de Defesa do Consumidor, entretanto, caso o prestador dos serviços conceda garantia contratual, esta deve ser somada ao prazo da garantia legal.

3.1.2 Para a contratação, não se vislumbra necessidade de garantia contratual, nos termos do Art. 96 da Lei 14.133/2021.

3.2 Descrição dos serviços a serem prestados:

3.2.1 Serviço de Coleta e Análise Laboratorial de Exame Toxicológico de larga janela de detecção para drogas ilícitas que causem dependência química ou psíquica de qualquer natureza.

O exame deverá ser realizado detectando as seguintes substâncias:

a) Anfetaminas (Femproporex, Mazindol, Anfeparamona, Dietilpropiona)

b) Metanfetaminas (Metanfetamina)

c) Ecstasy (MDA, MDMA)

d) Cocaína e Metabólitos (Cocaína, Benzoilecgonina, Norcocaína, Cocaetileno)

e) THC (Delta 9 THC, THX Carboxy)

f) Opiáceos (Codeína, Morfina, 6-Acetil morfina, Heroína)

3.2.2 A janela de detecção será 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data do exame, com coleta do material incluso.

3.2.3 A emissão do resultado dos exames deverá atestar a detecção da substância como positiva ou negativa.

3.3 Equipe Mínima:

3.3.1 A ser definida pelo CREDENCIADO, de acordo com suas necessidades para atender às suas obrigações, sendo composta por profissionais analistas clínicos de nível superior (farmacêuticos, bioquímicos, biólogos, biomédicos ou outros legalmente habilitados para emitir laudos de exames laboratoriais) e profissionais de nível médio ou fundamental (apoio técnico, transporte, serviços administrativos, outros).

3.4 Frequência e Periodicidade da execução do objeto:

3.4.1 Realização de coleta de amostra para realização do exame toxicológico de segunda a sexta-feira, das 08h as 18h, a coleta ocorrerá após agendamento prévio realizado pela credenciante.

3.4.2 A presente contratação será um serviço não contínuo, cujo **prazo de execução contratual será de 12 (doze) meses**, prorrogável na forma do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.4.3 Os laudos requisitados deverão ser entregues em até 12 dias úteis após a coleta do material.

3.5 Cronograma de execução dos serviços:

3.5.1 O início da execução dos serviços será de **05 (cinco) dias corridos** após o recebimento da Ordem de Serviço.

3.5.2 O CREDENCIADO não poderá alegar impossibilidade da prestação do serviço, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções administrativas previstas no edital/contrato.

3.5.3 Os exames deverão ser realizados conforme demanda e/ou necessidade da unidade da Guarda Municipal. Assim, a unidade da Guarda Municipal não se obriga a solicitar a execução de todo o quantitativo de exames, mas sim, a quantidade que lhe interessar para atender a demanda visando a complementariedade dos serviços.

3.6 Local e horário da prestação dos serviços

3.6.1 O credenciado deverá ter seu local de atendimento no município de Joinville - SC, de forma a facilitar o atendimento aos guardas municipais que terão que se deslocar até o local para a realização dos testes.

3.6.2 Os serviços serão realizados preferencialmente, das 08 às 18 horas, em dias úteis, excluindo feriados e pontos facultativos definidos por Decreto Municipal vigente;

3.7 Responsabilidades da Credenciado:

3.7.1 Gerais:

3.7.1.1 O CREDENCIADO deverá manter, durante todo o contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.7.1.2 O CREDENCIADO é responsável por responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venham direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados, à CREDENCIANTE ou à terceiros.

3.7.1.3 O CREDENCIADO deve considerar que as ações de fiscalização da CREDENCIANTE não exoneram o CREDENCIADO de suas responsabilidades contratuais.

3.7.1.4 O CREDENCIADO deve realizar o serviço primando pela qualidade do mesmo, de acordo com as especificações técnicas e descritivos constantes no edital/contrato, proposta e seus anexos.

3.7.1.5 O CREDENCIADO deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à perfeita realização do serviço contratado, executando-o em perfeitas condições e de acordo com a fiscalização da CREDENCIANTE.

3.7.1.6 O CREDENCIADO deverá prestar os esclarecimentos desejados, bem como comunicar à Credenciante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

3.7.1.7 O CREDENCIADO deverá justificar por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessários à execução dos procedimentos previstos no Termo de Credenciamento, informando a Credenciante;

3.7.1.8 O CREDENCIADO deverá responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução dos

serviços, sendo que nenhum ônus e obrigação trabalhista, previdenciária e fiscal serão transferidos para a Credenciante.

3.7.1.9 O CREDENCIADO deverá responder pelas obrigações fiscais, eventualmente devidas, de qualquer natureza, relativa à equipe, sendo-lhe defeso invocar a existência desse Contrato para tentar eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à Credenciante;

3.7.1.10 O CREDENCIADO deverá garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços, objeto do Contrato, bem como do Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde – CNES;

3.7.1.11 O CREDENCIADO deverá arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à CREDENCIANTE e/ou a terceiros por sua culpa ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares, que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

3.7.1.12 O CREDENCIADO deverá garantir a desinfecção, esterilização e antissepsia, em perfeitas condições com as normas técnicas vigentes, bem como assegurar o uso adequado dos equipamentos.

3.7.1.13 O CREDENCIADO deverá assumir inteira responsabilidade quanto às relações de trabalho pactuadas e vinculadas ao objeto, eventuais demandas judiciais e ações por perdas ou danos, bem como indenizações provenientes de erros ou mesmo por omissão de sua decisão empresarial;

3.7.1.14 O CREDENCIADO deverá não poderá recusar a realização de qualquer procedimento ou serviço contratado, sem que haja justificativa técnica formalizada junto a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização;

3.7.1.15 O CREDENCIADO deverá sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CREDENCIANTE cabendo-lhe, ainda, prestar todos os esclarecimentos solicitados. Em relação às inconformidades eventualmente detectadas pela CREDENCIANTE, as mesmas serão informadas o CREDENCIADO, estabelecendo o prazo para que sejam regularizadas;

3.7.2 Recursos Humanos e Estrutura Física:

3.7.2.1 É de responsabilidade exclusiva e integral do CREDENCIADO a utilização de pessoal para a execução do serviço contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CREDENCIANTE.

3.7.2.2 Cabe ao CREDENCIADO manter em seu quadro de funcionários profissional legalmente habilitado, responsável técnico pelo laboratório contratado, com inscrição no respectivo Conselho Regional de Exercício Profissional.

3.7.2.3 O CREDENCIADO deve fornecer e obrigar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) a seus colaboradores, e aplicar a legislação referente à segurança, medicina e higiene do trabalho.

3.7.2.4 O CREDENCIADO deverá ser responsável, em relação aos seus técnicos e ao serviço, por todas as despesas decorrentes da execução dos instrumentos contratuais, tais como: salários, encargos sociais, taxas, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, hospedagem, alimentação e outros que venham a incidir sobre o serviço do contrato.

3.7.2.5 O CREDENCIADO deverá responder por quaisquer prejuízos que seus empregados ou prepostos vierem a causar ao patrimônio do órgão ou entidade CREDENCIANTE ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

3.7.2.6 O CREDENCIADO deverá possuir estrutura física, equipamentos e recursos humanos com capacidade técnica instalada para atender em qualidade e quantidade dos exames.

3.7.2.7 O CREDENCIADO deverá manter suas dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento, atendendo a legislação vigente.

3.7.2.8 No caso de mudança de endereço do estabelecimento do CREDENCIADO, a CREDENCIANTE deverá ser prontamente comunicada, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço, podendo rever as condições do contrato e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente.

3.7.2.9 O CREDENCIADO responsabilizar-se-á por todos e quaisquer problemas técnicos, mecânicos ou administrativos que a impeçam de prestar os serviços previstos no edital/contrato, obrigando-se a tomar as providências e medidas indispensáveis à continuidade da prestação de serviços, sem provocar prejuízo de qualquer natureza à CREDENCIANTE.

3.7.3 Legislação e Documentação:

3.7.3.1 O CREDENCIADO deverá manter as informações e dados provenientes da CREDENCIANTE em caráter de absoluta confiabilidade e sigilo, ficando expressamente proibida a sua divulgação para terceiros.

3.7.3.2 O CREDENCIADO deverá fornecer a Credenciante um Termo de Sigilo e Confidencialidade das informações provenientes da execução dos serviços e assinado pelo profissional responsável pelo serviço. O CREDENCIADO responderá legalmente pela inobservância desta cláusula, inclusive após o término do contrato.

3.7.3.3 O CREDENCIADO obriga-se a não fornecer e nem permitir que terceiros utilizem os resultados de exames para fins de experimentação ou outros fins.

3.7.3.4 O CREDENCIADO deverá fornecer, sempre que solicitado, por escrito, a rastreabilidade dos seus processos e/ou resultados, com seus respectivos comprovantes.

3.7.3.5 O CREDENCIADO deve atender a RDC [786/2023/ANVISA](#) na íntegra (ou outra que a venha

substituir), atender à legislação vigente e demais normas sanitárias que venham a ser publicadas durante a vigência do contrato.

3.7.4 Prestação dos Serviços:

3.7.4.1 Caso o CREDENCIADO fique impossibilitado de processar/analisar as amostras coletadas, por qualquer eventualidade, é de responsabilidade do CREDENCIADO comunicar oficialmente a CREDENCIANTE, e promover a nova coleta das amostras dos pacientes para liberação dos resultados nos tempos previstos em contrato, sem nenhum ônus para a CREDENCIANTE. Os laudos dos exames deverão ser disponibilizados conforme cláusula específica constante neste instrumento.

3.7.5 Produção, Faturamento e Pagamento:

3.7.5.1 Somente serão realizados pagamentos após a prestação dos serviços e sua aprovação e atestada a nota fiscal pelo serviço solicitante.

3.7.5.2 O **valor unitário do exame**, expresso em algarismos e em moeda corrente do país, **multiplicado pelo quantitativo de exames efetivamente realizado, representará o valor a ser pago ao O CREDENCIADO.**

3.7.5.3 As notas fiscais emitidas pelo CREDENCIADO deverão apresentar, no mínimo: razão social; número do CNPJ fornecido na fase do credenciamento para a licitação e constante no contrato (inclusive apresentando zeros à esquerda quando houver); data de emissão e data de entrega; nome, endereço e CNPJ do município de Joinville; descrição do exame, quantitativo realizado, valor unitário e valor total dos exames; valor total da nota; número do processo e número do empenho; sob pena de não liquidação da mesma.

3.7.5.4 O CREDENCIADO deverá apresentar, juntamente à fatura para pagamento, o relatório de produção com os descritivos e quantitativos de exames a que se refere.

3.7.5.5 Junto à fatura para pagamento, o CREDENCIADO deve anexar cópia dos seguintes documentos: Certidão de Regularidade com a Fazenda Municipal, Certidão de Regularidade com a Fazenda Estadual, Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal, Certidão de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de serviço (GRF) com entrega da SEFIP (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e informações à Previdência Social) e Certidão de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (mediante a apresentação de certidão negativa).

3.7.5.6 Caso o CREDENCIADO seja isenta ou imune a algum tributo, deverá enviar declaração anexa à nota fiscal ou destaque mediante carimbo.

3.7.5.7 A não apresentação dos documentos listados implicará na suspensão do pagamento da nota fiscal, até sua apresentação.

3.7.5.8 No caso de existência de erros na nota fiscal, a CREDENCIANTE devolverá a nota fiscal o CREDENCIADO, passando a contar novo prazo para pagamento a partir de sua reapresentação pelo CREDENCIADO.

3.7.5.9 O CREDENCIADO deve estar ciente de que, se houver tributos a serem retidos nos serviços, os mesmos serão retidos na forma da lei.

3.7.6 Formas e critérios de seleção do fornecedor:

3.7.6.1 Considerando que o presente processo trata-se de Credenciamento, o fornecedor será habilitado após o atendimento de todos os requisitos previstos em edital.

3.7.6.2 As proponentes devem apresentar a seguinte documentação:

- Cópia da licença sanitária de funcionamento (Alvará Sanitário) e renovações.
- Na desobrigação do item anterior, apresentar Documento de Dispensa de Alvará Sanitário emitido pela Unidade de Vigilância Sanitária do Município.
- Comprovação de inscrição e atualização dos dados e requisitos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).
- Certidão de Regularidade atualizado do Laboratório e do Responsável Técnico, emitido pelo respectivo Conselho Profissional competente.
- Certificado de participação em ao menos um (01) Programa de Avaliação Externa da Qualidade, conforme exigência da RDC nº [786/2023](#)/ANVISA.
- Declaração assinada pelo responsável da empresa de que a mesma não foi declarada inidônea por Órgão da Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou punida com suspensão pela Administração.
- Declaração de que a empresa possui atendimento de segunda a sexta-feira das 08h as 18h.

3.7.8 Do Descredenciamento

3.7.8.1 Ocorrerá o descredenciamento quando:

a) Por algum motivo a empresa credenciada deixar de atender as condições estabelecidas no Edital e no contrato administrativo destinados à prestação de serviços.

b) Na recusa injustificada da empresa credenciada em assinar o contrato, aceitar ou retirar o

instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido, implicando em seu imediato descredenciamento.

c) Por qualquer motivo o contrato entre a credenciada e a Administração for rescindido.

d) Mediante solicitação de descredenciamento pelo Credenciado por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos, desde que comprove que está definitiva ou temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências do Edital e devidamente aceito pela Credenciante, nos termos legais;

3.7.8.2 O pedido de descredenciamento não desobriga o CREDENCIADO da obrigação de cumprir o(s) serviço(s) já requisitado(s) pela Credenciante e das responsabilidades a eles vinculados, sendo cabível a aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e Contrato.

3.7.8.3 À Credenciante fica assegurado o direito de, no interesse da Administração Pública, revogar ou anular o presente processo de contratação, sem que caibam aos Credenciados quaisquer direitos a reclamações ou indenizações.

3.7.9 Anexos:

ANEXO - TERMO DE COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE

MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS NORMAS DE SEGURANÇA VIGENTES

TERMO DE COMPROMISSO

A empresa [**Razão/Denominação Social**], pessoa jurídica com sede em [**Endereço**], inscrita no CNPJ com o n.º [**Nº de Inscrição**], neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente CREDENCIADO, em virtude de execução contratual poderá, por intermédio de seus profissionais, tomar conhecimento de informações sigilosas constantes de bases de dados do Município de Joinville e, por isso, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste termo de compromisso é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do Município de Joinville e reveladas o CREDENCIADO em razão da execução dos serviços objeto do Contrato nº ____/20__, doravante denominado simplesmente CONTRATO, bem como assegurar o respeito às normas de segurança vigentes no órgão durante a realização dos serviços.
2. A expressão “informações restritas” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: informações em bases de dados ou qualquer outro meio eletrônico, técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de ideia, clientes, nomes de municípios, preços e custos, definições e informações de processos internos, invenções e ideias, outras informações técnicas, financeiras, entre outros.
3. O CREDENCIADO compromete-se a não reproduzir e/ou dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do Município de Joinville, das informações restritas reveladas. Também se compromete a não utilizar e nem permitir que diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no CONTRATO, informações restritas reveladas.
4. O CREDENCIADO deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao Município de Joinville. O CREDENCIADO deve cientificar esses profissionais da existência deste termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.
5. O CREDENCIADO declara conhecer e se compromete a seguir e divulgar entre os colaboradores envolvidos na execução do CONTRATO os atos normativos relativos a Segurança da Informação praticados no âmbito do Município de Joinville.
6. O CREDENCIADO possuirá ou firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente termo, conforme especificado no instrumento convocatório do processo licitatório que deu origem ao CONTRATO.
7. O CREDENCIADO obriga-se a informar, imediatamente ao Município de Joinville, qualquer violação de regras de sigilo estabelecidas neste termo que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.
8. A quebra do sigilo de informações restritas, devidamente comprovada, sem autorização expressa do Município de Joinville, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o Município de Joinville e o CREDENCIADO sem qualquer ônus para o Município de Joinville. Neste caso, o CREDENCIADO, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Município de

Joinville, inclusive os de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal respectivas, as quais serão apuradas em regular processo judicial ou administrativo.

9. O presente termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do Município de Joinville.

E, por aceitar todas as condições e as obrigações constantes do presente termo, o CREDENCIADO assina o presente termo por meio de seus representantes legais.

Local, ____ de _____ de 20__.

CREDENCIADO

**MODELO DE TERMO DE CIÊNCIA DA DECLARAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO E RESPEITO ÀS
NORMAS DE SEGURANÇA
DECLARAÇÃO**

Por meio desta, o(a) Sr(a) [**nome do(a) diretor, consultor, prestador de serviço, empregado ou preposto**], CPF _____, ocupante do cargo [**cargo que ocupa**] na empresa [**Nome (Razão Social) da empresa**], CNPJ [**número do CNPJ da empresa**], declara sob as penas da Lei, ter tomado conhecimento do **Termo de Compromisso de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes no Município de Joinville**, emitido por ocasião da assinatura do contrato nº ____/20__, e se compromete a seguir, naquilo que lhe couber, todas as disposições do referido Termo.

Local, ____ de _____ de 20__.

CREDENCIADO

4 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

4.1 O credenciamento visa contratar uma empresa para prestação de serviços em saúde na área de análises clínicas, visando a realização de exame toxicológico dos agentes da Guarda Municipal para 80 exames, no entanto, esta quantidade pode variar conforme necessidade de retestes.

4.2 O quantitativo foi estimado conforme a quantidade de guardas municipais que poderão progredir na carreira nas próximas avaliações de desempenho conforme Memorando SEI Nº 0023112055/2024 - SGP.UDS e Memorando SEI Nº 0023127626/2024 - SGP.UDS:

ANO	Quantidade de Guardas Municipais
2024	02
2025	42
2026	34
Total	78

4.3 Os servidores que poderão progredir no ano de 2026 terão que realizar os exames no máximo até dezembro de 2025.

4.4 O credenciamento utilizará o sistema de rodízio detalhado no Termo de Referência.

5 - LEVANTAMENTO DE MERCADO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem

ser apresentadas as devidas justificativas.

5.1 - Conforme Art. 79 da Lei nº 14.133/2021:

"O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação: I - paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas;"

5.2 - Com isso, o sistema de credenciamento visa tornar mais dinâmica a contratação de serviços essenciais à Administração, desburocratizando suas ações pela diminuição do número de processos licitatórios e pelo melhor uso dos recursos disponíveis. Assim permite-se que a Administração disponha da maior rede possível de prestadores de serviços uma vez que todos os possíveis interessados poderão se credenciar e terem a oportunidade de serem contratados, especialmente em se tratando de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.

5.3 - A contratação por inexigibilidade de licitação (diante da inviável competição por desnecessidade do procedimento licitatório) mediante sistema de credenciamento cuja convocação é aberta a todos os profissionais/empresas interessadas na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital. No levantamento de mercado realizado pode-se verificar que há pelo menos três empresas na cidade que podem ter o interesse em prestar o serviço objeto deste processo.

5.4 - Portanto, diante das possíveis formas de contratação o credenciamento legitimará a escolha do prestador em saúde na área de análises clínicas, para atender as necessidades da realização de exames toxicológicos destinados aos agentes da Guarda Municipal de Joinville, pois há interesse da Administração em possibilitar que todos aqueles que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

6.1 - Os valores estimados para a contratação, bem como suas memórias de cálculo estão discriminados no presente processo após a conclusão da pesquisa de preços.

6.2 - No entanto, de início, estima-se a contratação no valor de R\$ 15.000,00.

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

7.1 Diante das possíveis formas de contratação o credenciamento legitimará a escolha do prestador em saúde na área de análises clínicas, para atender as necessidades da realização de exames toxicológicos destinados aos agentes da Guarda Municipal de Joinville, pois há interesse da Administração em possibilitar que todos aqueles que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem para executar o objeto.

8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

8.1 O credenciamento possibilita a habilitação de todos os interessados, desde que cumpram com os requisitos do Edital. Assim, a multiplicidade de credenciados, os quais prestarão o serviço em rodízio conforme solicitação da demanda pela credenciado, torna desnecessário a divisão dos itens em cotas reservadas e/ou exclusivas. Por sua vez, os itens não necessitam de parcelamento com o fim de ampliar a competitividade, em razão de que o objetivo é a contratação do maior número de prestadores de serviços para o atendimento da demanda.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

9.1 Os resultados pretendidos com a presente contratação não estão atrelados apenas a termo de economicidade e de aproveitamento de recursos humanos e financeiros, mas principalmente ao interesse público a ser atendido, que muitas vezes não está diretamente interligado a todas essas questões.

9.2 Entretanto, aqui relevante constar que, os resultados pretendidos a todos os níveis (economicidade, aproveitamento de recursos - seja de qualquer espécie) estão atrelados ao atendimento da necessidade já existente e da formatação da contratação, no sentido que estão previstos nos demais tópicos deste estudo.

9.3 O credenciamento permite a coleta de amostra e emissão do resultado dos exames, permitindo que os agentes da Guarda Municipal tenham seu direito de progressão funcional garantido.

9.4 No caso, busca-se cumprir responsabilidades do Município constante na legislação municipal, que determina a realização de exame toxicológico para os Guarda Municipais de Joinville para alguns fins.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

10.1 Importante pontuar que quanto a equipe técnica de fiscalização, essa Secretaria possui servidores com experiências técnicas e conhecimento acerca do produto a serem adquiridos, bem como, caso necessário pode-se solicitar o suporte das demais Secretarias.

10.2 Ainda, quando da indicação dos membros para fiscalização do contrato, em atendimento ao princípio da segregação de funções, o ordenador da despesa deverá observar que não se recomenda que os membros da elaboração da fase preparatória atuem como membros da comissão de fiscalização.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

11.1 - Não há contratações correlatas e/ou interdependentes; ainda, foi realizada pesquisa nos sites dos Consórcios (CINCATARINA e CIM-AMUNESC) com o mesmo objeto da presente requisição de compras, porém, não conseguimos localizar nenhum processo semelhante que fosse possível utilizar.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, em caso do não preenchimento deste campo, devem ser apresentadas as devidas justificativas.

12.1 Não se vislumbra impacto ambiental para a contratação. No entanto, caso cabível, a credenciada deverá observar a destinação adequada dos resíduos decorrentes da contratação.

13. ANÁLISE DE RISCOS

De acordo com o art. Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021, na fase preparatória, devem ser abordados os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual

13.1 Analisando os Riscos da Contratação, podemos indicar os seguintes elementos:

a) identificação de riscos - para a presente contratação, pelas análises realizadas e o histórico de contratações, constatarem-se os seguintes riscos:

- 1) Não aparecer qualquer interessado na presente contratação;
- 2) Os interessados que solicitarem o credenciamento não possuírem capacidade técnica para a prestação dos serviços;
- 3) Atraso na execução dos serviços ou inexecução contratual por parte do Credenciado.

b) análise de riscos - Os Riscos identificados são eventos extraordinários e acontecem em situações excepcionais; não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.

O impacto dos riscos não afeta o objetivo, compromete minimamente o atingimento do objetivo e para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.

Probabilidade P		
Índice	Descrição	Nível
Raro	Evento extraordinário. Acontece apenas em situações excepcionais. Não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência.	1 (X)
Pouco Provável	Evento casual, inesperado. Existe histórico de ocorrência. O histórico conhecido aponta para a baixa frequência de ocorrência no prazo associado ao objetivo.	2 ()
Provável	Evento esperado de frequência reduzida. Histórico parcialmente conhecido. Repete-se com frequência razoável no prazo associado ao objetivo ou há indícios que possa ocorrer nesse horizonte.	3 ()
Muito provável	Evento usual de frequência habitual. Histórico amplamente conhecido. Repete-se com elevada frequência no prazo associado ao objetivo ou há indícios que ocorrerá nesse horizonte.	4 ()
Estudo Técnico Preliminar - ETP 0023742099 SEI 24.0.189717-2 / pg. 8		

Praticamente certo	Evento que se repete seguidamente. Interfere no ritmo das atividades. Ocorrência quase garantida no prazo associado ao objetivo.	5 ()
--------------------	---	-------

Impacto (I)		
Índice	Descrição	Nível
Muito Baixo	Não afeta o objetivo. Compromete minimamente o atingimento do objetivo. Para fins práticos, não altera o alcance do objetivo/resultado.	1 (X)
Baixo	Afeta pouco o objetivo. Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do objetivo/resultado.	2 ()
Médio	Torna incerto ou duvidoso o alcance do objetivo. Compromete razoavelmente o alcance do objetivo/resultado.	3 ()
Alto	Torna improvável o alcance do objetivo. Compromete a maior parte do atingimento do objetivo/resultado.	4 ()
Muito Alto	Capaz de impedir o alcance do objetivo. Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo/resultado.	5 ()

c) **avaliação de riscos** - Dos riscos encontrados, procedendo a ponderação do impacto e da probabilidade, constatamos que os riscos são classificados como Baixo, conforme tabelas abaixo.

Classificação dos Riscos	
Pontuação	Risco
15 a 25	Muito Alto ()
8 a 12	Alto ()
3 a 6	Médio ()
1 e 2	Baixo (X)
0	Muito Baixo ()

ANÁLISE DOS RISCOS							
IMPACTO	Nível 5	Muito Alto	5	10	15	20	25
	Nível 4	Alto	4	8	12	16	20
	Nível 3	Médio	3	6	9	12	15
	Nível 2	Baixo	2	4	6	8	10
	Nível 1	Muito Baixo	1	2	3	4	5
			Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Praticamente	Praticamente certo
			Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5
			Probabilidade				

d) **tratamento de riscos** - com base na análise realizada, esta equipe de planejamento entende que deve-se adotar a conduta de Aceitar.

Possibilidade de Tratamento de Riscos	
Conduta	Descrição
Evitar ()	Descontinuar a atividade, interromper o processo de trabalho.
Transferir ()	Compartilhar o risco com terceiros, como no caso dos seguros.
Mitigar ()	Desenvolver e implementar medidas para evitar que o risco se concretize e/ou medidas para atenuar o impacto e as consequências, caso ocorra.
Mitigar/transferir ()	Desenvolver e implementar ambas as medidas: mitigar e transferir
Aceitar (X)	Não há necessidade de adotar quaisquer medidas. Considerar se é o caso de monitorar ao longo do tempo.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA (obrigatório)

De acordo com o art. Art. 18, §º 2º da Lei 14.133/2021, este campo é obrigatório.

14.1 Com base nas informações levantadas durante este estudo, a Equipe/Comissão de Planejamento entende ser a solução mais viável a descrita no presente Estudo Técnico Preliminar (credenciamento de empresa para prestação de serviços em saúde na área de análises clínicas, visando a realização de exame toxicológico dos agentes da Guarda Municipal) para a presente contratação, vez que se mostrou tecnicamente a mais adequada à necessidade e fundamentadamente atendendo ao interesse público. A necessidade da administração pública em atender à demanda dos agentes da Guarda Municipal justifica o risco elencado, que, apesar de ser capaz de impossibilitar a conclusão do processo, não implica em risco ao erário e seria evento raro. Há vários prestadores de serviços em saúde na área de análises clínicas aptos a participar do credenciamento.

Parâmetro considerado	Sim	Não	Observação / Comentário
1. O modelo adotado para a contratação é o mais vantajoso para a Administração, tanto pelo aspecto técnico como pelo econômico?	X		
2. O modelo adotado para a contratação está em conformidade com o praticado no mercado?	X		
3. O valor estimado da contratação está em conformidade com a previsão orçamentária?	X		
4. Os resultados pretendidos com a contratação compensam os investimentos realizados pela Administração, em curto, médio e longo prazo?	X		
5. De acordo com a análise dos riscos para a contratação, a contratação é viável e não possui risco de dano ao erário? (moderado/médio a grave)	X		
6. Há risco de comprometimento do sucesso da licitação e da execução, considerando os fatos ocorridos em contratações anteriores do mesmo objeto ou similares.	X		
7. No caso do item anterior, foram indicadas as medidas necessárias para mitigar os riscos?	X		

Anexo - Checklist do Estudo Técnico Preliminar

N.º	Requisitos	Sim	Não	Não se aplica	Observações
1*	Consta no ETP a descrição clara e objetiva, devidamente fundamentada da necessidade da contratação	x			
2	A contratação foi indicada no Documento de Formalização de Demanda	x			
3	Descrição dos requisitos da contratação	x			
3.1	Foi analisado o critério de sustentabilidade	x			
3.2	Foi analisada a necessidade de garantia, treinamento e instalação	x			
3.3	Foi analisada a indicação dos padrões mínimos de qualidade, de forma a permitir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração	x			
4	Levantamento de mercado, com a justificativa técnica e econômica	x			
4.1	Foram consideradas as contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como a iniciativa privada?			x	
4.2	Foi realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições			x	
4.3	Em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, foram avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular			x	
4.4	Foram consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas.			x	
5	Consta no ETP a descrição da solução como um todo, contemplando os requisitos da contratação, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, acompanhada das justificativas técnica e econômica da escolha do tipo de solução.	x			
6*	Consta no ETP estimativas das quantidades para a contratação, e os documentos que lhes dão suporte.	x			
6.1	Foi realizado levantamento das quantidades necessárias juntos às Unidades com vistas a não ocorrer demanda não atendida dentro do planejamento.		x		
7*	Consta no ETP estimativa prévia do valor da contratação, acompanhada dos documentos que lhe dão suporte, podendo ser utilizado como parâmetro o valor das contratações anteriores acrescido/decrecido de percentual considerado pela requisitante como possível acréscimo/decrécimo da demanda.	x			
8*	Consta no ETP justificativas para o parcelamento ou não da solução.	x			
9	Foram consideradas as contratações correlatas e/ou interdependentes à presente contratação.	x			
10	A contratação está prevista no plano de contratações anual, ou, se for o caso, justificativa da ausência de previsão.	x			
10.1	Há previsão de custeio da contratação com recursos da União.		x		
10.2	A contratação será obra ou serviço de engenharia.		x		
	Estudo Técnico Preliminar - ETP 0023742099	SEI 24.0.189717-2	pg.11		

10.3	Em caso de a contratação ser eventualmente custeada com recursos da União, consta ressalva clara no ETP acerca da impossibilidade de cotação com fornecedores, nos termos do artigo 23, §2º da Lei 14.133/2021.			X	
11	Consta no ETP o demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.	X			
12	Consta no ETP as providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, tais como adaptações no ambiente do órgão ou da entidade, necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações, capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.	X			
13	Consta no ETP a descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.			X	
14*	Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina, observando eventual risco da contratação para a Administração.	X			
14.1	Foram analisados os riscos de comprometimento da boa execução contratual, aferindo-se e sanando-se no ETP, de antemão, eventuais questões controversas, erros ou incongruências do procedimento levando em consideração: a) o histórico de licitações, inclusive as desertas ou frustradas; b) contratações anteriores com objeto semelhante.	X			
14.2	Trata-se de contratação que, independentemente do valor, envolve complexidade, singularidade, ou se refere a um modelo de contratação não realizado anteriormente, mas com possibilidade de risco moderado/médio ou superior de dano ao erário. Em caso positivo, consta no ETP ressalva sobre elaboração do Mapa de Riscos para a contratação?		X		



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Ferraz dos Santos Sontag, Coordenador(a)**, em 02/12/2024, às 10:25, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Colin Holz da Silva, Gerente**, em 02/12/2024, às 10:55, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Rogerio Rigo, Secretário (a)**, em 02/12/2024, às 11:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **0023742099** e o código CRC **A33C62DD**.